



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

OFÍCIO/SEAMA/GS/Nº 264/2019

Cariacica/ES, 24 de setembro de 2019.

Ao Ilmo. Senhor
Eduardo Fortunato Bim
Presidente do Comitê Interfederativo - CIF

Equipe da Divisão de Apoio ao Comitê Interfederativo
SECEX/CIF – Secretaria Executiva do Comitê Interfederativo
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
SCEN Trecho 2 Edifício Sede, Bloco B – Brasília/DF
CEP: 70818-900

Assunto: Adequações nas ações de Defesa Civil na região de Linhares-ES.

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, a região do baixo rio Doce possui um rico complexo lacustre, possuindo a maior lagoa em volume de água do Doce do Brasil, a Lagoa Juparanã. Algumas destas lagoas eram anualmente inundadas com as águas provenientes do rio Doce, em ocasiões de cheia, quando o rio extravasa sua calha principal.

A época do desastre do rompimento da barragem de Fundão, desconhecia-se a energia com a qual os rejeitos chegariam no Espírito Santo, e os impactos que seriam gerados. Esse fato motivou o município de Linhares a proteger estes corpos hídricos por meio de uma Ação Civil Pública (ACP), que também visou a proteção do abastecimento público de água, pois a captação para abastecimento é realizada no rio Pequeno, que drena a lagoa Juparanã para o rio Doce, a montante do barramento construído, impedindo o contato entre o rio Doce e a lagoa, adicionalmente, foram construídos cerca de dez outros barramentos com a finalidade de proteção ambiental de outras lagoas do município. Esses barramentos foram construídos de maneira emergencial e sem critérios técnicos.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Posteriormente, devido a cheias do rio que ocorreram em janeiro de 2016 foi necessário que esses barramentos fossem reforçados. No entanto, apesar do reforço, diversos barramentos se romperam contaminando lagoas como a Monsarás, Nova (manancial alternativo de abastecimento de água de Linhares), Areão e Areal. A lagoa Juparanã não foi impactada pela cheia, visto que o barramento instalado resistiu a cheia, preservando assim o abastecimento público do município de Linhares.

Em especial, o barramento da lagoa Juparanã ocasionou uma série de impactos tais como: alagamento de áreas produtivas, alagamento de residências no bairro Patrimônio da Lagoa em Sooretama, proliferação de zoonoses entre outros.

A partir destes fatos que podem ser considerados como “*impactos do impacto*” do desastre da Samarco, por interveniência dos representantes do Espírito Santo, o Comitê Interfederativo (CIF) aprovou Deliberações acerca desta situação de risco.

Deliberação CIF nº 164 - “*Reconhece o pleito do Estado do Espírito Santo sobre a necessidade de que todas as questões pertinentes aos impactos ambientais, socioeconômicos e jurídicos causados pelos barramentos das lagoas do baixo Doce sejam incorporados ao TTAC*” (Termo de Transação de Ajustamento de Conduta).
Deliberações CIF nº 167 e 180 - “*Estabelece diretrizes para a execução de ações para mitigação dos impactos socioeconômicos derivados da implantação da barreira no rio Pequeno e Lagoa Juparanã.*”

Ainda com relação aos potenciais impactos do desastre, uma modelagem demonstrou que em um evento hipotético de rompimento do barramento da Juparanã, a massa de água deslocada poderia não somente atingir as casas da avenida beira rio, mas também o bairro Olaria. Posteriormente este estudo foi revisado, resultando na diminuição do grau de risco para as residências da Av. Beira Rio, porém, permanecendo existente.

Diante do contexto apresentado, foi elaborado pela Fundação Renova o documento intitulado “*LEVANTAMENTO DOS IMPACTOS IDENTIFICADOS EM FUNÇÃO DO BARRAMENTO RIO PEQUENO EM LINHARES E SOORETAMA (maio de 2019)*”, visando atender o item 3 da Deliberação CIF nº 167, muito focado nos impactos socioeconômicos devido à natureza da deliberação. O documento se apresenta dividido em três partes, sendo elas: resumo dos estudos já realizados pela Fundação



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Renova e outras instituições; impactos socioeconômicos identificados e ações mitigatórias em curso; ações de curto, médio e longo prazos para a reparação dos impactos e detalhamento descritivo.

Em atenção a Deliberação CIF nº 180, a Fundação Renova elaborou o chamado “Plano de Contingência – Situação Barramento Linhares – Avenida Beira-Rio (fevereiro de 2019)”, o qual dispõe sobre ações de contingência e estabelece procedimentos a serem adotados pelas instituições e órgãos envolvidos direta e indiretamente na prevenção, preparação e na resposta às emergências. Ressalta-se que neste documento a *“Fundação Renova, por sua vez, assume o compromisso de garantir a execução e fornecer apoio a toda e qualquer ação envolvida na operacionalização deste Plano, para garantir capacidade de resposta e minimização de riscos.”*

Através dos documentos supracitados, identificados os novos riscos gerados, a defesa civil municipal necessitou avaliar e atuar neste novo cenário de risco e realidade local, requerendo o apoio da Regional de Defesa Civil (órgão do Corpo de Bombeiros) que atende Linhares em demandas excedentes a sua capacidade de resposta. Assim, tanto a defesa civil municipal quanto a regional tiveram que ampliar as suas atividades, de forma a atuar mais intensamente na prevenção (com estudos, monitoramento, vistorias, entre outros), preparação e na resposta ao risco estabelecido.

Esse novo contexto de situação de risco foi relatado em diversas frentes de atuação da Fundação Renova, bem como nas instâncias do sistema CIF, sendo estes relatórios normalmente acompanhados pelo chamado Grupo Técnico de Enfrentamento da Crise Ambiental do Rio Doce (GTECAD) do Estado do Espírito Santo, sob forte participação do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Secretaria de Meio Ambiente.

Diante disso, visando garantir as ações de Defesa Civil oriundas do risco detectado na região da Lagoa Juparanã, visto que a atual estrutura atende uma realidade local e não está preparada para as demandas adicionais ocasionados pelos impactos oriundos do rompimento da barragem de Fundão, foi pacificado entre os órgãos do



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Espírito Santo o entendimento quanto à necessidade de elaboração de um diagnóstico situacional.

Em atenção à requisição de diagnóstico foi disponibilizado o Ten. BM Scopel para apoiar o município na elaboração do Diagnóstico, sendo este o servidor da Regional de Defesa Civil que engloba Linhares, conhecedor do cenário de risco existente e que já atuou e atua em conjunto com a Defesa Civil Municipal em diversas ações de riscos e desastres que atingem a região.

Visando ser assertivos nas requisições do diagnóstico, o Ten. BM Scopel realizou uma visita técnica nos municípios de Mariana, Barra Longa, Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce em Minas Gerais com intuito de conhecer as ações de sucesso relacionadas a Defesa Civil que foram implementadas pela Fundação Renova nestes municípios.

Com os conhecimentos obtidos destas ações de sucesso da Fundação Renova, foram selecionadas as que seriam necessárias, adequadas e reproduzíveis ao contexto de Linhares, considerando os riscos decorrentes do desastre da Samarco.

Após a vistoria o Ten. BM Scopel estruturou as informações relevantes no *"RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA - Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Mariana, Estado de Minas Gerais."* Neste documento consta o diagnóstico da Defesa Civil do Município de Linhares, realizado pela metodologia de Capacidade de Proteção e Resposta à Desastres (CPRD), semelhante a utilizada pela Fundação Renova, obtendo como resultado uma MODERADA capacidade de resposta para Linhares. Procedendo a argumentação técnica, foram listados os cenários de risco gerados pelo desastre da Samarco em função do desastre do rompimento da barragem de fundão:

- Rompimento da barragem hídrica instalada no rio Pequeno, afetando a jusante as residências às margens por enxurrada e/ou inundações;
- Inundação, a jusante do rio Pequeno, de residências no bairro Olaria;
- Alteração na qualidade da água do rio Doce em períodos chuvosos, pela elevação da turbidez, causando a percepção de exposição à água contaminada por parte da população;
- Exaurimento hídrico no distrito de Povoação, onde foi alterada a captação de água do rio doce para um poço que se encontra no limite da capacidade; além do risco de desabastecimento para outras localidades;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

- Alteração da qualidade da água na lagoa Juparanã, sendo constantemente motivo de matérias na mídia, tanto para captação como para o turismo local;
- Inundação no distrito de Patrimônio da Lagoa em Sooretama/ES, por consequência do represamento da vazão no barramento instalado, e/ou aumento da pluviometria. Uma elevação de 0,83 cm na cota do nível de água já resulta em transtornos à comunidade.

Por fim, o relatório lista as recomendações de adequações técnicas as ações de defesa civil que devem ser realizadas no município de Linhares e região, com base em ações já realizadas com sucesso pela Fundação Renova nos municípios mineiros. Adicionalmente, devido a algumas fragilidades da região, foi impositivo a necessidade de incluir, dentre as solicitações e recomendações adicionais, ações específicas para o contexto capixaba visando a capacidade de resposta e o aumento da resiliência de Defesa Civil do município.

Destaca-se aqui de maneira sucinta as ações necessárias:

- Diagnóstico e estudo, por empresa especializada do sistema de Proteção e Defesa Civil local, incluindo sugestões de incremento das ações entre os gestores municipais e projetos voltados às comunidades;
- Apoio na inserção dos cenários oriundos da construção do barramento do Plano de Contingência, com elaboração do Plano e Programas (Contingência, Evacuação, PMRR), por meio de uma consultoria;
- Levantamento e elaboração do “Índice de Debilidade” da população presente nas Zona de Auto-salvamente anualmente;
- Otimização do sistema de monitoramento, alerta e alarme (inundações e colapso do barramento), disponibilização de câmeras para o monitoramento, padronização na emissão de alerta e acionamento do alarme.
- Diagnóstico e aquisição de recursos físicos e logísticos para a reestruturação da COMPDEC, cursos e capacitações, materiais específicos de busca e salvamento para o cenário de rompimento de barragens e inundações;
- Aquisição de Estação Móvel de Tratamento de água.

Ressalta-se que essas ações de curto, médio e longo prazo se fazem necessárias para garantir que o sistema de defesa civil funcione de forma adequada, pois considerando o aumento do cenário de risco detectado pelo rompimento da barragem de Fundão e a mudança dos cenários da localidade, também se faz necessário aumentar a capacidade da defesa civil que atua na gestão desse risco, pra que seja capaz de realizar suas atribuições em relação a prevenção, preparação e resposta.




ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Assim, contribuindo para que a defesa civil não sofra uma redução ou comprometimento de sua capacidade frente as reais situações de impacto geradas ou potencializadas pelo desastre de rompimento da barragem de Fundão.

Adicionalmente, considerando a Deliberação CIF nº 167 a qual “Estabelece diretrizes para a execução de ações para mitigação dos impactos socioeconômicos derivados da implantação da barreira no rio Pequeno e Lagoa Juparanã”, faz-se necessário incorporar as medidas citadas no diagnóstico da defesa civil, como forma de mitigação de impacto econômico. Justificado pelo fato de que a ampliação do cenário de risco, resulta inevitavelmente na necessidade de ampliação do suporte. Este suporte por sua vez é uma forma de mitigar o impacto econômico gerado para o município na frente de defesa civil, que antes do desastre conseguia fazer seus atendimentos com a estrutura local existente.

Diante do exposto, o Comitê Gestor da Crise Ambiental do Rio Doce entende como urgente a realização das adequações nas ações de Defesa Civil apontadas no Relatório de Vistoria do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo, bem como solicita ao CIF que encaminhe obrigação à Fundação Renova no sentido de realizar as adequações do supracitado relatório como ações complementares aos Planos de Contingências feitos pela Fundação Renova em atenção as Deliberações CIF nº 164, 167 e 180.

Atenciosamente,



FABRICIO HÉRICK MACHADO
Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Comitê Gestor da Crise Ambiental do Rio Doce
Governo do Estado do Espírito Santo

Elber dos Reis Tesch
Subsecretário de Estado de
Articulação Regional e
Desenvolvimento Sustentável



Anexos:

Anexo I: Deliberações CIF nº 164, 167 e 180.

Anexo II: LEVANTAMENTO DOS IMPACTOS IDENTIFICADOS EM FUNÇÃO DO BARRAMENTO RIO PEQUENO EM LINHARES E SOORETAMA. Maio de 2019. Fundação Renova.

Anexo III: RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA. Local: Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Mariana, Estado de Minas Gerais. Junho de 2019. 2º Tenente Bombeiro Militar Patrick Scopel da Rocha – CBM ES.